

Revista do

SESCON RS

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul



Ano VIII
nº 54/03
Dezembro de 2010

O QUE ESPERAR DO NOVO **GOVERNO FEDERAL**



SE VOCÊ ESCOLHE QUEM ENTRA NA SUA EMPRESA PELO CURRÍCULO, VEJA O NOSSO.

SE VOCÊ PROCURA UM DOS MELHORES PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA A SUA EMPRESA, DECIDA PELO PROJETO PESCAR. ATRAVÉS DAS SUAS UNIDADES, ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO ECONÔMICA DESFAVORÁVEL TÊM A OPORTUNIDADE DE APRENDER UMA PROFISSÃO E GARANTIR UM FUTURO COM GRANDES POSSIBILIDADES. OS ADOLESCENTES GANHAM E A SUA EMPRESA GANHA TAMBÉM COM O DESENVOLVIMENTO DE TODA A SOCIEDADE.



- 34 anos de atuação • Certificadora do Programa Jovem Aprendiz • Mais de 2.000 jovens atendidos anualmente
- Baixo investimento de implantação • 70% dos adolescentes têm emprego garantido ao se formar
- 120 franqueadas • Atuação em 10 Estados e Distrito Federal, além da Argentina e do Paraguai

aconteceu	4
artigo	5
economia	6
entrevista	8
especial	10
geral	14
gestão	16
informe técnico	18
notícias	20
crônica	22

A publicação do Sescn/RS encerra o ano trazendo na matéria de capa a pergunta: o que esperar do novo governo Federal? Para saber quais são as suas propostas e também os anseios dos empresários, a reportagem, além de trazer uma matéria com Dilma, aborda com o presidente da Fecomércio-RS, Zildo De Marchi, e com o diretor do Sescn-RS, o empresário José Roberto dos Santos Pires, quais são os maiores anseios do setor empresarial.

Um dos principais desafios dos próximos governantes do Brasil é a questão cambial que vem preocupando o empresariado, já que medidas tomadas pelos Estados Unidos para alavancar a economia forçam a desvalorização do dólar, prejudicando o país. Para esclarecer o respeito deste tema polêmico, entrevistamos economistas que afirmam que o país deve agir 'na defensiva' neste período, que a valorização do real ante o dólar impacta de forma direta a economia, especialmente no setor de exportações.

Uma entrevista exclusiva com Anton Karl Biedermann, que foi um dos mais conceituados executivos de empresa de auditoria, está nas páginas da Revista do Sescn/RS. Essa entrevista e outras matérias ganham destaque na nossa publicação, como a importância do trabalho realizado pelas empresas de recursos humanos e seu impacto em decisões importantes e cruciais para o gerenciamento de uma empresa; conhecimentos sobre gestão eficiente com o presidente do Conselho Diretor do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade, Ricardo Felizola, premiado este ano com o prêmio "Empresário do Ano"; e as dificuldades que as empresas passam para contratar pessoas com deficiência.



Jaime Gründler Sobrinho,
presidente

Tenham uma boa leitura!

**26/08 e
29/09**

O Sescon/RS e o Ibracon realizaram neste período o curso "IFRS para Pequenas e Médias Empresas". O curso foi ministrado por diversos palestrantes especializados, na sede do Sescon/RS.

15/09

Oferecer conceitos e as atualizações da Nota Fiscal Eletrônica, para correta emissão e eficaz conferência de notas fiscais, foi o objetivo do curso "Nota Fiscal Eletrônica – Aspectos Fiscais", ministrado pelo contador Ademir Vanzella.

22/09

Capacitar e atualizar os profissionais para a atuação na área fiscal/contábil das empresas foi o objetivo do curso "Substituição Tributária do ICMS/RS", ministrado pelo contador Ademir Vanzella.

04/10

"Qualidade de Vida nas Organizações" foi tema da palestra mensal, proferida pela publicitária Cláudia Rosana Koch.

14/10

Formar e capacitar os participantes para a prática das rotinas de departamento pessoal nas empresas de serviços contábeis, estimulando-os ao conhecimento da teoria e da prática das rotinas diárias dos escritórios, foi o objetivo do módulo I do Departamento Pessoal, ministrado pelo Técnico em Contabilidade e Advogado Luciano Kellermann Livi Biehl.

20/10

O contador Ademir Vanzella ministrou o curso "Nota Fiscal Eletrônica – Aspectos Fiscais".

**09/11 e
11/11**

Nesta data foi realizado o módulo II do curso de Departamento Pessoal, ministrado pelo Técnico em Contabilidade e Advogado Luciano Kellermann Livi Biehl.



16/11

Transmitir aos participantes as informações necessárias para a adequação à nova sistemática, no que tange a contabilidade, foi o tema do curso "SPE Contábil", ministrado pelo contador Sérgio Augusto Porciúncula.

18/11

O contador Ademir Vanzella ministrou o curso sobre "Prática e Escrita Fiscal".

22/11

Gestão financeira nas organizações e fluxo de caixa como ferramenta gerencial foram temas do programa do curso "Fluxo de Caixa – Gestão e Planejamento Financeiro", ministrado pelo consultor Sadi Perin.

23/11

Uma abordagem prática foi o objetivo do curso "Contabilidade para PMEs a partir de 2010", ministrado pelo contador Paula Walter Schnarr.



24/11

Conforme diversas solicitações, foi realizado novamente o curso "ICMS - Substituição Tributária", com o contador Ademir Vanzella.

Sindicato dos Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

Rua Augusto Severo, 168
Fone: (51) 3343-2090 Fax: (51) 3343-2805
CEP: 90240-480 - Porto Alegre - RS
www.sescon-rs.com.br sescon-rs.sitescon.com.br

**DIRETORIA
TITULARES**

Presidente:

Jair Gründler Sobrinho

Vice-Presidente:

José Inácio Lenz

Diretor Administrativo:

Renato José Kellhoff

Vice-Diretor Administrativo:

Maurício Gratti

Diretor Financeiro:

Diogo Ferri Chiarman

Vice-Diretor Financeiro:

Tatiana Astrupello Freitas

Diretor de Relações do Trabalho:

José Roberto Santos Pires

Diretor de Assuntos Legislativos:

José Toledo Jacoby

Diretor Regional:

Leônio Pacheco

Diretor Regional:

Luz Carlos Duarte de Oliveira

Diretor Regional:

Sérgio Gilberto Dianese

Diretor Regional:

Valdir Ferreira Rodrigues

SUPLENTES

Bacalhôa Marreco

Celso Luiz Levedoski

Colo Lelli

Ótvio Becker

Eduardo Singilário

Flávio Dondini Jr.

Flávio Duarte Ribeiro Junior

Inêska Fármica Lodi

Jacqueline Pereira Pavao

Jorge Luiz Borsch

Marisa Orsi Cuklas

Maria Fronchitti

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Rogério Costa Beckenbach

Onirine Schneide

Joaquim Vaz Godinho

SUPLENTES

Elio Lelli

Lourdes Scattolonini

Jorge Luiz Pereira

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

TITULARES

Luis Carlos Bohn

Jair Gründler Sobrinho

SUPLENTES

José Carlos Kibbe

Anônimo Capriano Alves

CONSELHO EDITORIAL

Flávio Olíbio Filho

Jair Gründler Sobrinho

José Roberto Santos Pires

Antônio Carlos Nasi

Jessica Corrêa

Salário Mínimo

E O OPORTUNISMO DE OCASIÃO

Durante os oito anos do governo Lula a valorização do salário mínimo nacional foi evidente, consubstanciada em constantes e significativos aumentos reais [reajustes superiores à recomposição inflacionária].

Entretanto, a grande conquista dos trabalhadores ocorreu em 2007, quando se definiu uma política concreta e objetiva para os reajustes futuros. Por meio de negociação entre governo e Centrais Sindicais, foi definido o reajuste do salário mínimo para o período compreendido entre 2008 e 2011.

Este acordo foi, inclusive, formalizado no Projeto de Lei nº 01/2007, em trâmite no Congresso Nacional. De acordo com o projeto, os reajustes seriam aplicados em 1º de março de 2008; 1º de fevereiro de 2009; 1º de janeiro de 2010; e em 1º de janeiro de 2011. Ainda, o projeto define a forma de cálculo do reajuste correspondente à recomposição inflacionária (calculada pelo INPC/IBGE anual) somada ao aumento equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurado pelo IBGE, respectivamente para os anos de 2006, 2007, 2008 e 2009. A partir de 2011, o projeto prevê uma reavaliação da política então implementada.

Dante da lentidão de nossos legisladores, o indigitado Projeto de Lei, mesmo encaminhado em regime de tramitação prioritária, ainda não foi votado.

Mesmo que não esteja formalizado em Lei, em 2008, 2009 e 2010 o Governo cumpriu o acordo, reajustando o salário mínimo pelo INPC/IBGE das últimas 12 meses adicionado ao aumento real do PIB referente a 2 anos anteriores. Como em 2006, 2007 e 2008 a taxa do PIB nacional foi positiva, o salário mínimo em 2008, 2009, 2010 recebeu aumento real e a felicidade foi geral.

Tudo ia muito bem, mas bastou uma crise econômica e o consequente cálculo negativo da taxa do PIB em 2009 para o início de uma grita geral por parte das Centrais Sindicais postulando a quebra das regras.

Sem dar ouvidos aos sindicalistas, o Min. do Planejamento, Paulo Bernardo, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei sobre as diretrizes para a elaboração e execução da

Lei Orçamentária de 2011, o qual dispõe em seu artigo 51: "Art. 51. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 incluirão os recursos necessários ao atendimento: I - do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição, garantindo-se aumento real do salário mínimo equivalente à taxa de variação real do PIB de 2009 ou segundo outra sistemática que venha a ser estabelecida em legislação superveniente (...)"

Não há como qualificar de outra forma a posição das Centrais, que têm na Dep. Paulinha da Força (PDT/SC) sua voz mais estridente, senão de oportunista. Neste cenário, cumpre recordar o posicionamento dos sindicalistas à época da elaboração do acordo. Em audiência pública realizada no Congresso Nacional, Flávio Tonelli Vaz, técnico do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), assim se manifestou: "Temos que dar ao salário, no mínimo, a variação do PIB, porque se a riqueza cresce, é importante que ela seja apropriada também pelo trabalho. Quando a riqueza cresce e não vai parar no bolso do trabalhador, ela é apropriada exclusivamente pelo capital".

Todos concordam que a desigualdade é das principais mazelas sofridas por nosso país e que o reajuste do salário mínimo é um importante instrumento de equalização social. A discussão ora proposta, entretanto, não se situa neste palamar. Trata-se, aqui, de segurança jurídica, segurança institucional e previsibilidade das ações de governo, pilares do crescimento sustentável da economia.

O mais grave é que os defensores do descumprimento do acordo são aqueles que colidaram negocialmente com os milhares de trabalhadores em nosso país. Infelizmente este fato bem espelha a realidade do movimento sindical de trabalhadores, negociadores que sempre buscam, com o famoso "jeitinho", barganhas oportunistas. Eles parecem seguir Charles Lemesle, autor da célebre frase: "Estabeleceremos regras para os outros e exceções para nós."

Eduardo Caringi Raupp, advogado.

Dólar x Real



Medidas dos EUA para alavancar a economia forçam a desvalorização do dólar, prejudicando o Brasil. Para especialistas, país deve agir "na defensiva".

A questão cambial vai ser um dos principais desafios do próximo ano e para os próximos governantes do Brasil. A valorização do real ante o dólar vem impactando diretamente na economia, especialmente no setor de exportações. Ante este cenário, o país precisa fazer suas contas para saber como crescer em 2011.

Neste período de pós-crise, várias nações – especialmente as de economia desenvolvida – buscam dar a "volta por cima", e adotam iniciativas discutíveis para voltarem a crescer. Como medida para alavancar a economia interna, por exemplo, os Estados Unidos anunciaram a injeção de US\$ 600 bilhões no mercado – empurrando investimentos em países com juro alto, como o Brasil. A isto, soma-se a desvalorização intencional do yuan pelo governo da China – maior mercado exportador do mundo –, que cria empecilhos para o segmento brasileiro. Tudo isto dá margem para a chamada "guerra cambial".

O professor da Faculdade de Economia da PUCRS Alfredo Meneghetti Neto pondera as medidas dos EUA. "Hoje eles lutam em atender o que é determinado pelas autorida-

des monetárias do mundo", afirma, apontando o que chama de "liberalismo exacerbado". Ele comenta que o país norte-americano discute ainda uma série de encaminhamentos, como a independência do FED (Federal Reserve, o Banco Central deles) e adoção de um maior rigor na fiscalização do mercado. "Em função disso, a moeda deles vem se desvalorizando, justamente por causa destas discussões", relata. No entanto, acrescenta o fato de que todos os outros países mantêm as reservas no tesouro americano, por ser considerado o mais seguro. Este é um ponto que fortalece a posição norte-americana, aliado ao seu grande mercado consumidor. "Por isso que os EUA são o grande motor da economia."

A queda do dólar no Brasil, contudo, já ocorre há alguns anos, motivada pela continua estabilidade apresentada pelo país. Esta credibilidade alavanca a confiança externa e atrai investimentos, aumentando o volume de dólares no mercado e interferindo no câmbio. Esta dependência do real em relação à moeda estadunidense passou a ser questionada. Uma das saídas propostas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, seria a criação de uma "cesta de moedas" como alternativa ao

dólar. Meneghetti Neto discorda. "A sugestão não é adequada. Países emergentes não têm força para propor isso", argumenta. Para diminuir os efeitos desta "guerra", o professor acredita que o país deve prosseguir o que já vem fazendo. "Quando o dólar desvaloriza muito, o governo, pelas reservas, enxuga a moeda na economia e a estabiliza." Ele afirma que o governo tem condições de manter a estabilidade, pelas suas reservas e a balança de pagamentos (o total de dinheiro que entra e sai do país). Outra medida é fixar um teto ante o dólar, em torno de R\$ 1,50. "Ou o Brasil continua a enxugar dólares, ou adota um limite de valorização. Creio que o primeiro é o melhor."

A posição da moeda norte-americana como marco global, no entanto, já está ameaçada. O economista faz menção ao fortalecimento da moeda chinesa no mercado nas próximas décadas. "O que pode acontecer é a previsão do FMI: até 2050, permanece o dólar. A partir daí, a China assume o primeiro lugar, e o Yuan passa a valer como moeda internacional", aponta.

A guerra cambial e o Brasil em 2011

O novo governo terá, dentre outras preocupações, um cenário de incertezas no aspecto cambial, na opinião do economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Antonio Carlos Fraquelli. "O Brasil é um agente passivo neste cenário. A guerra vai continuar", afirma, acrescentando que a economia do mundo apresenta-se instável e, por isso, sem um horizonte definido. Porém, acredita que, mesmo com a valorização, é possível tentar defender a moeda brasileira.

À sombra desta situação, o economista adianta que há também um hiato muito grande entre as taxas de juros praticados no Brasil em relação a outras nações. "Com a guerra cambial e um ambiente de juro zero na Europa e nos Estados Unidos, os investimentos se voltarão para commodities agrícolas e minerais", avalia, destacando que esta tendência fará pressão sobre os alimentos, resultando em inflação. Ele afirma também que o Brasil vai ser uma das nações que, junto com a China e Índia, puxarão no próximo ano a economia global – que deverá apresentar um desempenho ainda fraco. "Nossa crescimento vai ter que ser muito bem equacionado. Nós não podemos crescer em demasia para não gerar uma bolha", atenta.

Fraquelli adianta que a postura do país neste panorama deve ser de defesa, relatando que não há medidas concretas que forcem a desvalorização do real. "É um problema muito maior que o Brasil", alega. "O país precisa se defender na margem, mas não pode fazer nada para resolvê-lo." Em relação à criação de um pacote de moedas, o economista é enfático: "Ninguém aceita isso. É sonho de brasileiro". Uma das medidas aceitas por Fraquelli é a redução de gastos públicos para frear a valorização do real, que ele afirma valer "para todo mundo". "Os republicanos estão condenando o Obama por causa disso", revela.

Reformas para contornar a guerra

O economista da FEE argumenta que o país deveria, no próximo ano, avançar nas reformas macroeconômicas. No entanto, elas deverão perder espaço para ações de espectro menor, como a reforma da carga tributária sobre folha de pagamento e do Simples Nacional. O segmento de comércio externo é o que mais vai se sentir. "Essa perda de competitividade gera a desindustrialização", analisa. Com isso, perdem todos. "Perde o setor de exportação, a indústria brasileira e o país como um todo. Perde o mercado de trabalho e inovação", frisa. Ele destaca ainda que a guerra cambial impede que a rodada Doha avance em pontos onde o Brasil aposta, como a diminuição dos subsídios agrícolas, e acrescenta que a Europa tende a perder a unidade em torno do Euro.

O professor de Economia Alfredo Meneghetti Neto, da PUCRS, frisa ainda que o cenário não deve mudar a curto prazo. "Existe uma tendência forte de desvalorização ou manutenção [do dólar] neste patamar", afirma, relatando que a taxa de câmbio vai ser a grande dor de cabeça do governo, mas que não deve chegar ao limite de R\$ 1,50. Neste enredo, ele aposta em um cenário de estreitamento de relações bilaterais entre o Brasil com nações da África e do Mercosul, e o surgimento de outras novas. "Temos grande diversificação de artigos de exportação. Não dependemos mais tanto dos Estados Unidos", ressalta. E afirma que o país deverá investir em aspectos como as reformas previdenciária e trabalhista. "Provavelmente esta será a tônica do próximo governo", estipula.

Qualidade de vida

aliada ao trabalho

Ele foi um dos mais conceituados executivos do segmento de auditoria. Atualmente, além de liderar a presidência do Conselho Deliberativo da Federasul, assume outra função de destaque no cenário nacional. É um dos dez melhores nadadores máster do mundo, segundo a Federação Internacional de Natação. O entrevistado desta edição é Anton Karl Biedermann, de 87 anos, que mesmo quando atuava como empresário nunca deixou de lado a prática esportiva.



O senhor foi proprietário de uma empresa de auditoria. Como analisa o trabalho da auditoria ontem e o trabalho da auditoria hoje?

Como em todos os tipos de trabalho neste mundo, a evolução é constante e às vezes muito rápida.

Quando iniciei as minhas atividades eram usadas folhas de trabalho preenchidas à mão e que ocupavam muitas horas e muito espaço. Os auditores eram conhecidos de longe, pelas grandes pastas pretas nas quais levavam as citadas folhas. Hoje, além de constantes inovações técnicas, tudo é registrado em computadores conectados com as empresas auditadas e com os escritórios das empresas de auditoria, com pouca emissão de papéis, tudo feito com muita eficiência e exatidão.

Quando o senhor iniciou a carreira como auditor, como era realizar o trabalho de auditoria em

grandes empresas? E hoje, houve avanços e melhorias neste tipo de trabalho?

Não há termos de comparação. As técnicas de auditoria avançaram e evoluíram de forma impressionante, no mínimo, acompanhando as da própria contabilidade.

Como está o segmento empresarial na atualidade? Houve avanços, retrocessos?

Houve avanços muito grandes em todas as atividades empresariais. Além da evolução nas áreas tecnológicas, houve também nos aspectos administrativos, especialmente na chamada "governança corporativa", que é hoje parte fundamental na modernização da administração das empresas, sejam grandes ou pequenas. Infelizmente, em nosso país, em que pesem as melhorias registradas em grande número de empresas, ainda temos uma

grande proporção administrada empiricamente, muito longe do que seria desejável para enfrentar os desafios da globalização.

Os empresários estão mais capacitados para serem líderes e empreendedores?

Sem dúvida. Um grande número de pessoas estuda muito tanto aqui como no exterior. Participa de inúmeros seminários e viaja frequentemente aos países mais evoluídos a fim de aprender, atualizar-se e transferir para suas empresas as constantes inovações.

Qual o balanço que o senhor faz da economia no ano de 2010? E as perspectivas para 2011?

A economia brasileira foi muito bem neste ano. Preocupam, todavia, os excessivos, crescentes e pernudários gastos do governo federal; a emissão de títulos da dívida pública que leva à prática de juros ainda muito elevados e por consequência à entrada maciça de dólares, que provoca a valorização do real, o que por sua vez traz um processo de desindustrialização do país, face ao incremento da importação dos mais variados produtos.

É um círculo vicioso nefasto, que pressiona a inflação, o pior dos males que pode atingir qualquer nação.

Fago votos de que o novo governo, desde o início, combata esse processo nefasto para que tenhamos um bom ano de 2011 na área econômica.

A respeito da corrupção no Brasil, o senhor tem um artigo publicado este ano que aborda o tema. O que o senhor acredita que precisa ser feito para resolver esse problema nacional?

Nesse artigo abordei o assunto com mais profundidade, mas entendo que com algumas medidas simples de enunciar, mas difíceis de aplicar, poder-se-ia melhorar muito no combate à corrupção. Algumas delas:

independência dos Tribunais de Contas, suprimindo a nomeação de Conselheiros por critérios políticos e prestigiando os quadros de carreiras;

eliminação de todos os cargos comissionados nos Poderes Públicos, preenchendo-os se necessário com funcionários concursados;

acompanhamento prévio das licitações públicas por auditores dos Tribunais de Contas de modo a prevenir, desde logo, os superfaturamentos e outras incorreções; pagamento no vencimento, dos compromissos assumidos; punição rápida para os culpados, entre outros.

Como foi compatibilizar a atividade empresarial com a atividade esportiva?

Sempre procurei reservar cerca de 2 horas por dia para a prática de esportes. A atividade física é fundamental para uma boa saúde física e mental. A alegação de falta de tempo jamais pode servir de desculpa, pois basta acordar um pouco mais cedo e, no mínimo, caminhar a pé durante 30 ou 60 minutos.

Como foi receber o reconhecimento de estar entre os 10 melhores nadadores do mundo?

Foi com muita satisfação, mas como dizem os políticos, também com muita humildade, pois muitos daqueles que poderiam me superar já interromperam suas atividades, ou pior, já morreram.

O senhor continua atuando no segmento empresarial, como auditor?

Não. Estou devidamente aposentado.

O senhor como atleta, quais são os seus conselhos para que as pessoas invistam em qualidade de vida?

Não se deve confundir qualidade de vida com estilo de vida. Se alguém está bem financeiramente, pode comprar, comer e beber tudo aquilo que deseja, dorme e acorda à hora que quiser, ele tem uma boa qualidade de vida, mas não necessariamente uma vida saudável. Pelo contrário. Porém, se for disciplinado em seus hábitos, na comida e na bebida, nas horas de trabalho e de descanso, e praticar regularmente exercícios moderados, terá um bom estilo de vida, e com um pouco de sorte, boa saúde.

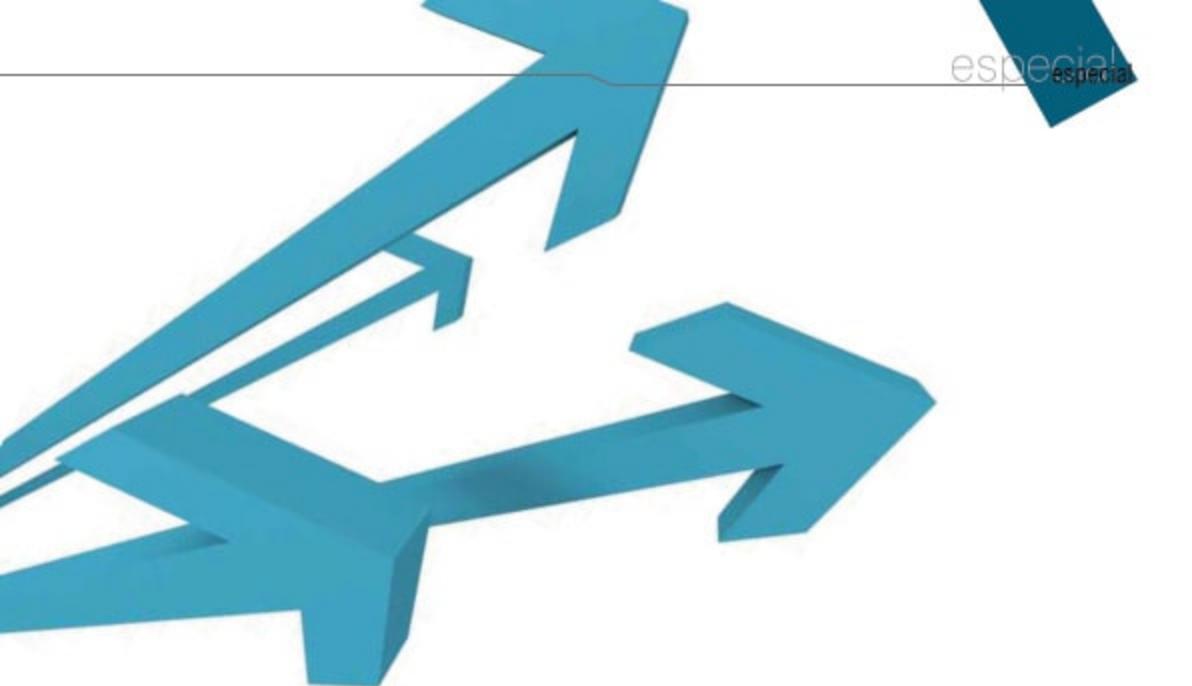


O que esperar do governo Dilma

O que os empresários esperam do governo da nova presidente da República, Dilma Rousseff? Essa pergunta tem gerado muitos questionamentos no setor empresarial. O presidente da Fecomércio-RS, Zildo De Marchi, espera que o novo governo faça ajustes na sua estrutura estatal para que não haja um desequilíbrio no custo do Estado e não faltem recursos para investimentos públicos em infraestrutura, saneamento, energia e transporte. "É preciso manter o setor empresarial confiante para termos um crescimento positivo, dentro de um planejamento de crescimento, em torno de 4% a 6% ao ano. Isso vem atender ao crescimento nacional e internacional, que é a expectativa do empresariado", defende o dirigente.

O diretor do Sescon/RS, José Roberto dos Santos Pires, complementa que os empresários esperam do governo Dilma redução da carga tributária, políticas de incentivos fiscais para as empresas, fundo de mercado para os produtos brasileiros, o não retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), além de um controle maior das taxas de juros. "Hoje, o custo do dinheiro é muito caro. As empresas pagam juros muito altos e o reflexo é no bolso do consumidor."

No programa do novo governo federal, Dilma Rousseff assumiu 13 compromissos programáticos. Dentre



eles, a presidente defende que o crescimento não é sustentável sem estabilidade econômica, porém a estabilidade não se sustenta sem crescimento. Dilma garante que a política macroeconômica será consistente com o equilíbrio fiscal, com o controle da inflação, com uma baixa vulnerabilidade a choques e com o crescimento mais rápido na renda das camadas mais pobres da população. Por meio de acordos com Estados e municípios, serão complementadas mudanças tributárias que vão racionalizar e reduzir os efeitos socialmente regressivos da atual estrutura tributária e beneficiam a produção e as exportações.

Uma política industrial, fortemente apoiada na inovação, é outra meta estabelecida pelo governo federal, que pretende compatibilizar o desenvolvimento da grande indústria com a das micro, pequenas e médias empresas, que são responsáveis pela geração da maior parte dos empregos no país. Para estimular e favorecer o empreendedorismo, serão definidas políticas especiais tributárias, de crédito, ambientais, de suporte tecnológico, qualificação profissional e de ampliação de mercados nacionais e internacionais. Para atingir esses objetivos, será essencial a ação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco da Amazônia (Basa).

O governo promete que além de garantir o crescimento econômico por meio da expansão do emprego e da renda e da valorização do salário mínimo, as políticas sociais serão complementadas pela ampliação da geração de emprego e renda, pelo fortalecimento da economia solidária e de programas de capacitação e crédito que favoreçam o empreendedorismo. No seu primeiro discurso de posse, a presidente eleita prometeu que a economia será cuidada com toda a responsabilidade. "Faremos todos os esforços pela melhoria da qualidade do gasto público, pela simplificação e attenuação da tributação e pela qualificação dos serviços públicos. Mas recusamos as visões de ajustes que recaem sobre os programas sociais, os serviços essenciais à população e os necessários investimentos", disse Dilma.

A presidente também garantiu valorizar o microempreendedor individual, para formalizar milhões de negócios individuais ou familiares, ampliar os limites do Supersimples e construir mecanismos de aperfeiçoamento econômico, na construção civil, no setor elétrico, na lei de recuperação de empresas, entre outros.

Para o presidente da Fecomércio-RS, Zildo De Marchi, a cadeia produtiva brasileira está consolidada e bem posicionada, apontando uma boa tendência de crescimento, bem como, o comércio e serviços no Brasil está estruturado



“Hoje, o custo do dinheiro é muito caro. As empresas pagam juros muito altos e o reflexo é no bolso do consumidor.”

em nível de Primeiro Mundo, porém algumas questões pontuais na economia que repercutem para o setor empresarial precisam ser revistas pela nova presidente. No que tange a redução da carga tributária, De Marchi acredita que o governo federal, tendo a maioria dos representantes políticos no Congresso Nacional, possa trabalhar para reduzir a carga tributária.

A realização de uma reforma tributária, política, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e Previdenciária é outro tema apontado pelo dirigente, que acredita que precisa haver ajustes nestes segmentos. “Esperamos que haja uma conscientização, patriotismo e defesa da sociedade do país. A sociedade é que paga as despesas mal administradas, quando os nossos recursos são consumidos de uma forma não adequada. É a sociedade que é punida por isso.”

O diretor do Sescon/RS, José Roberto dos Santos Pires, defende que a reforma tributária é esperada, desde que não aumente a gama de tributos. “São arrecadados mais de 60 tributos e impostos, entre pessoas físicas e jurídicas. O empresário tem expectativa grande na redução da carga tributária para favorecer o crescimento da economia.”

A falta de ajustes nos gastos públicos resultará em falta de recursos para investir em saneamento e setor de transporte, pois existe carência de aeroportos, ferrovias e rodovias, pontua De Marchi. “O governo se pronunciou que manterá a

economia sob um equilíbrio de crescimento e esperamos que esse comprometimento político seja efetivado durante a sua gestão.” Segundo Dilma, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), serão eliminados os gargalos que limitam o crescimento econômico, especialmente no transporte ferroviário e rodoviário, nos portos, aeroportos e nas condições de armazenagem. “Será dada especial atenção à infraestrutura urbana, que repercute diretamente nas condições de vida da imensa maioria da população, saneamento básico, transporte e habitação.”

José Roberto ressalta ainda que, havendo reduções dos gastos públicos, pode haver uma melhor distribuição de arrecadação do governo, em benefício a setores vitais, como saúde e segurança pública. “E isso é cobrar menos tributos. As empresas, se tivessem gastos menores nessas áreas, poderiam gerar mais empregos.” Dilma afirma que a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança Pública serão fortalecidas para combater o crime organizado, dando especial atenção ao combate à lavagem de dinheiro. “A Polícia Federal e as Forças Armadas intensificarão o controle e defesa das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e de armas.” No que tange à saúde, Dilma disse que terá como preocupação fundamental o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e de seus mecanismos de gestão, de fiscalização e de controle de qualidade dos serviços prestados.

Acerços internacionais

A política monetária é uma variável que dependerá dos acertos internacionais entre China, Estados Unidos e a Comunidade Europeia, aponta De Marchi, ao afirmar que o Brasil está bem preparado para um crescimento na área cambial. "Porém não depende só do Brasil, depende também do mercado internacional. Estamos com uma administração equilibrada, a moeda está bem posicionada, mas ainda não está dentro da margem." O que comanda hoje, segundo o dirigente, é a libra, o euro, o dólar e o yen (moeda usada no Japão). "Nós estamos acompanhando um equilíbrio relativo, espero que o G-20 [grupo das maiores economias do mundo, incluindo os emergentes], encontre uma forma de compatibilizar os interesses de todos."

Em seu primeiro pronunciamento como presidente eleita, Dilma disse que o Brasil atuará de maneira forte nas instâncias internacionais para frear especulações financeiras e proteger a moeda brasileira. "É preciso, no plano multilateral, estabelecer regras mais claras e mais cuidadosas para a retomada dos mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida, que aumentam a volatilidade dos capitais e das moedas."

A presidente eleita deu sinais de que vai conduzir a economia do país voltada para o mercado interno. Ela avaliou que as condições externas ainda são adversas e que no



Dilma Rousseff

"São arrecadados mais de 60 tributos e impostos, entre pessoas físicas e jurídicas. O empresário tem expectativa grande na redução da carga tributária para favorecer o crescimento da economia."

curto prazo não poderá contar com "pujança" das economias dos países desenvolvidos. "No curto prazo, não contaremos com a pujança das economias desenvolvidas para impulsionar nosso crescimento. Por isso, se tornam ainda mais importantes nossas próprias políticas, nosso próprio mercado, nossa própria poupança e nossas próprias decisões econômicas", disse a petista ao defender o que ela própria chamou de "nova era de prosperidade".

A presidente, no entanto, fez questão de rechaçar a ideia de que fará um governo fechado para as grandes economias mundiais. "Longe de dizer, com isso, que pretendemos fechar o país ao mundo. Muito ao contrário, continuaremos propugnando pela ampla abertura das relações comerciais e pelo fim do protecionismo dos países ricos, que impede as nações pobres de realizarem plenamente suas vocações."

Empresas de Recursos Humanos

agregam conhecimento e qualificam os serviços



Em um mundo globalizado, onde tempo é dinheiro e a concorrência entre as organizações está cada vez mais acirrada, é preciso que os empresários tenham consciência de que o trabalho das empresas de Recursos Humanos faz parte de uma organização que tem a consciência de que o ativo mais importante para o sucesso de um empreendimento são as pessoas certas no lugar certo. Para exercer as funções de auxiliar as corporações, os serviços prestados por uma empresa de Recursos Humanos podem se dividir em departamentos específicos, pois quem pensa que o RH cuida somente de seleção de pessoas, demissões e contratações está enganado. Segundo a pedagoga e consultora empresarial, Maria Helena Schoan, existem empresas de recrutamento e seleção que procuram no mercado profissionais com o perfil que a empresa-contratante necessita e faz a seleção; empre-

sas especializadas em treinamento e desenvolvimento, que buscam executivos para altos cargos; e até mesmo empresas especializadas em conceder benefícios. "O RH tem o foco de buscar o profissional que pode crescer dentro da empresa e adequar às pessoas as competências da organização."

Uma enquete realizada pelo portal da revista VOCÊ S/A com 133 internautas revelou que 25,56% não sabem claramente o papel do profissional de Recursos Humanos. Maria Helena esclarece que em um departamento de RH existem profissionais que vão desde psicólogos, responsáveis pela seleção; administradores que fazem o recrutamento, cargos e salários; o pedagogo empresarial, responsável pelo treinamento; e o engenheiro, dependendo do porte e foco da empresa.

O profissional de Recursos Humanos tem que ter como

perfil capacidade e habilidade no relacionamento interpessoal, ética, atitude de abertura para todos os profissionais da área, e domínio de uma língua estrangeira é recomendável, pontua a consultora empresarial. Os maiores desafios desses profissionais, o comum principalmente, é interpretar as necessidades das diferentes áreas, saber o que aquele determinado departamento precisa; além disso, o profissional precisa saber interpretar, poder negociar, auxiliar no crescimento; sem esquecer da inovação. E como um setor de assessoria da diretoria, o profissional de recursos humanos precisa saber como e por que as pessoas agem e ajudar a diretoria a interpretar políticas, além de agir localmente em um determinado foco. "O profissional de RH precisa respeitar as diferenças e ajudar as empresas para que as pessoas se sintam bem no trabalho, organizando um clima organizacional, porque não é somente o salário que conta para um profissional, como o ambiente no trabalho, o relacionamento interpessoal e o reconhecimento dos talentos dentro da empresa."

As empresas mais avançadas já denominam inclusive o departamento de recursos humanos como gestão de pessoas. "Já saiu a ideia de RH para agregar o conceito de gestão de pessoas, que significa aproveitar a pessoa com sua personalidade, e a práti-

ca mostra que as pessoas avaliadas dessa forma trabalham e permanecem mais tempo dentro da empresa." Segundo a consultora empresarial, todas as grandes empresas têm estrutura de profissionais altamente qualificados, crescendo com as empresas e ajudando a crescer.

Hoje, o departamento de RH não pode ser somente um setor para as grandes corporações, como também as pequenas e médias precisam utilizar este tipo de serviço. As empresas de menor porte, por não terem suporte necessário ou mesmo conhecimento sobre a importância de ter um departamento específico de Recursos Humanos, iniciam recorrendo a consultorias de RH como apoio, define Maria Helena, até que o empresário tenha a consciência de ter profissionais internos ajudando na estrutura organizacional da empresa. "A rotatividade não pega bem a uma organização e a demissão

custa muito caro. O interesse das empresas é não perder profissionais." Maria Helena lembra que o pequeno empresário precisa saber que as empresas de RH são um investimento e não um custo. "Quanto mais as pessoas trabalharem motivadas, maior é a produtividade."

As grandes organizações têm treinamento das lideranças organizados pelo seu departamento de Recursos Humanos. "Não tem nenhuma grande empresa que não tenha treinamento de gestores." No papel de gestor são requeridas muitas habilidades, inclusive fazer com que os gestores sejam líderes motivadores e estimulem as pessoas a crescer e participar, acrescenta a consultora. Segundo pesquisas dos Estados Unidos, as equipes com mais alto desempenho têm lideranças que conseguem a participação, cooperação e ajuda mútua. "Alto desempenho tem líderes motivados."

"As empresas de Recursos Humanos também são representadas pelo Sescon/RS."

Saiba o que fazer

A pedagoga e consultora empresarial, Maria Helena Schaen, traça algumas dicas importantes de como monitorar um setor de RH com comprometimento. Segundo ela, em primeiro lugar ter um profissional com formação humanista, capaz de subsidiar a diretoria na formulação de políticas, mesmo que seja por um grupo pequeno. Saber identificar as necessidades de aprendizagem para a natureza

daquela organização e treinar os profissionais. "Evitar erros e o cliente reclamando." Atendimento especial nas atividades de coordenação e com as lideranças trabalhar de uma forma cooperativa, dando e recebendo feedback.

Segundo a consultora, os profissionais de RH têm sido bem mais valorizados do que já foram nos últimos 20 anos. "Trabalho há mais de 20 anos e a realidade agora é completamente diferente, houve uma evolução incrível." Resultado disso são os treinamentos, que são todos realizados hoje nos horários de trabalho. "Existe uma conscientização de que vale a pena. É um ganho e não uma perda." Maria Helena aponta que nos últimos dez anos está havendo um maior respeito aos profissionais, como pessoa. "O direito de trabalhar em um ambiente razoavelmente saudável. É uma questão bastante valorizada."

Liderança, método e conhecimento:

os pilares da gestão

Toda empresa, para ter uma gestão eficiente, precisa se apoiar em três conceitos fundamentais de gestão: liderança, método e conhecimento. A definição é do presidente do Conselho Diretor do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade, Ricardo Felizzola, ao afirmar que aliado a esses três pilares, os gestores devem aprimorar os seus conhecimentos, utilizando os métodos de gestão, que visam estabelecer metas que são os objetivos mensuráveis das empresas, criar planos de ação, ter conhecimento do seu produto e promover esses componentes.

Para o empresário ter sucesso e competitividade é preciso utilizar de uma ferramenta principal, que é a gestão. Pelo visto, não fugimos dela, e conhecê-la e aplicá-la é fundamental. Segundo Felizzola, ser competitivo está vinculado à gestão e à capacidade de inovar. "Você tem que ser melhor que o concorrente e entra aí a inovação, e por meio da criatividade, a relação com os clientes, os métodos, processos e produtos cria-se mais valor, provocando mais impactos." Para obter uma boa gestão, o empresário frisa ainda, gerar resultados significa trabalhar em equipe. "O líder escolhe o melhor time, aprimora e cultiva os valores de uma empresa." E ele complementa que liderar é mostrar as metas e fazer os valores de acordo com a empresa.

A gestão no mundo pode ser corriqueira, porém a inovação se destaca e será um diferencial, diz ele. "A gestão é o preparo físico do time; e a inovação é a criatividade, o talento e a percepção do time." Sem deixar de lado "tentar buscar métodos, fazendo as coisas certas, com as crenças nas pessoas". Apesar de sua importância para o gerenciamento de uma organização, o conhecimento em gestão é ainda relativamente novo, diz Felizzola, a partir da década de 90, com a



Ricardo Felizzola

criação do Plano Real, se passou a ter métodos mais sólidos, sem ameaça de inflação galopante que sempre existiu, o conceito começou a ser aplicado.

Atualmente a gestão tem sido aplicada nas grandes empresas, no setor público existem casos de sucesso, e a pequena e a média empresa ainda têm dificuldade de aplicar por falta de tempo do próprio empresário, pensar gestão, informou o dirigente. "E as empresas que começarem a aplicar a gestão começarão a fazer mais com menos." O Programa

Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) inclusive utiliza os critérios de fundamentos de gestão, apoiados nos pilares: conhecimento, métodos e liderança.

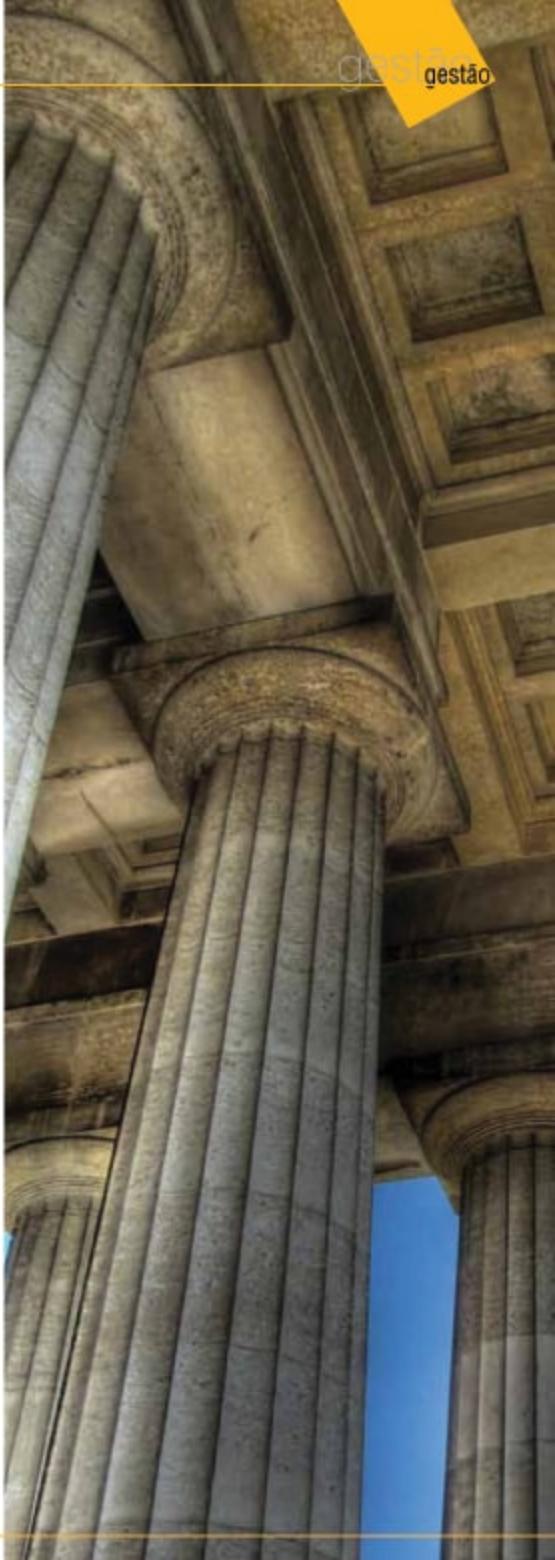
Estabeleça os planos

O fim do ano está chegando. É preciso que o gestor de uma empresa comece a avaliar os erros do ano que passou e planeje os acertos para 2011. De que forma deve fazer isso? Felizzola orienta que para fazer as avaliações, o gestor deve colocar em prática o método que se chama Ciclo de PDCA – uma ferramenta que representa o ciclo de gerenciamento, em diferentes etapas da execução da gestão da empresa.

É preciso também traçar um Planejamento Estratégico, executar as estratégias, através de indicadores e avaliação anual, e analisar as variáveis de controle. Outro método que dará resultado numa avaliação, destaca Felizzola, é que todo o final de ano, o gestor deve se reunir com a equipe de trabalho e comunicar a todos as eventuais mudanças.

Para iniciar o ano com o pé direito, segue um alerta sobre os erros que um gestor comete e que podem ser fatais para o insucesso de sua empresa. Primeiro erro, definir mal, com metas muito elevadas; o segundo erro são ações tomadas de forma equivocadas; o terceiro é não ter cumprido o plano de ação a tempo, não atingindo as metas; e o quarto erro é acontecer ações fora do controle, alguma falha genuína.

E quais são os acertos que não pode deixar de fazer? "O bom gestor não pode deixar de se preocupar com seu time, aprimorar o conhecimento, controlar as metas e discutir com a equipe se está atingindo a meta ou não", diz ele, que foi o mais jovem empresário a receber este ano o reconhecimento "Empresário do Ano" do Jornal do Comércio. "Acredito que foi muito bom receber este prêmio e recebo com orgulho, em última análise é a voz da comunidade. É preciso que cada vez mais os empresários tenham consciência de que não dá para entrar no jogo da competição sem o preparo físico, que é a gestão."



Deficiência na Legislação

Falta de ação do poder público para capacitar pessoas com deficiência dificulta sua contratação pelo mercado



A inclusão de profissionais com limitações ou necessidades especiais no mercado de trabalho no país atende à recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), proposta na Convenção 159. O Brasil editou uma norma, estabelecendo que toda empresa com mais de 100 funcionários deve preencher parte de seus quadros funcionais com pessoas com necessidades especiais ou reabilitadas. A exigência está disposta no artigo 93 da Lei 8213, de 1991, cujo mínimo permitido é de 2%. Este percentual aumenta gradativamente, sendo de 3% para até 500 colaboradores e de 4% para até mil empregados. Empresas com número de contratados superior a este deverão ter uma cota de 5%.

Porém, garimpar bons profissionais no mercado é uma tarefa árdua para os gestores de recursos humanos das organizações, ainda mais em um nicho mais rarefeito como o de pessoas com deficiência (PCDs). As empresas, empenhadas em ajudar na inclusão destas PCDs para ocupar postos de trabalho, têm se preocupado diante da dificuldade em encontrar profissionais qualificados para adequarem-se a esta norma. Conforme ilustram dados de 2008 do IBGE, muitos desses

“O que se percebe é que as empresas querem cumprir a lei, mas não conseguem.”

profissionais têm até oito anos de estudo. Outros fatores como discriminação também são muito presentes.

A regulamentação da Lei só se deu em 2001, a partir da Instrução Normativa 20/2001 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), orientando a aplicação da regra. Com isso, os auditores do Trabalho passaram a multar quem não obedecer ao regimento. Entretanto, para o advogado trabalhista da Flávio Obino Filho Advogados Associados e consultor na área, Luiz Fernando dos Santos Moreira, o grande problema é a falta de PCDs em quantidade suficiente que permita o cumprimento da norma. “O que se percebe é que as empresas querem cumprir a lei, mas não conseguem”, afirma. Aí se inclui a dificuldade em angariar pessoal com alguma capacitação profissional – o que torna ainda mais complicada a situação.

Uma grande falha para favorecer o ingresso desses profissionais, conforme Moreira, seria “a própria inércia do poder público em provisionar esta parte da população com cursos”. A iniciativa da Legislação pode ser louvável no sentido de buscar a inclusão, porém o governo acaba sendo omisso neste processo, dificultando a contratação e jogando a responsabilidade no setor privado. “O que acaba acontecendo: as empresas têm que fazer cursos para capacitação por conta própria, para depois contratá-los”, destaca Moreira. “Se o poder público propiciar formação para o mercado a este segmento, eles serão mais rapidamente absorvidos.”

“Diante da dificuldade, muitas empresas investem na formação”, que não seria uma obrigação delas, alega o advogado. Em caso de descumprimento da legislação, a empresa pode ser autuada pelo Ministério Público do Trabalho e pagar multa. Para evitar a sanção, algumas empresas acabam

contratando PCDs para cumprir a cota, destinando a eles cargos inferiores ou com desvio de função. “As empresas deveriam contratar pessoas compatíveis com a atividade”, lembra o consultor. “O objetivo da Lei, que é inserir, acaba não surtindo efeito. Em vez de trazer o benefício, que é aumentar a autoestima, vai ocasionar a discriminação.”

Difícil com a Lei, pior sem ela

Discutível em relação à possibilidade de cumprimento, em virtude da escassa mão de obra qualificada, a Lei que determina a contratação de PCDs tem o mérito de favorecer a inclusão. Porém, falta ainda uma efetiva contrapartida dos órgãos governamentais para ajudar neste processo. “O governo deveria criar formações profissionais para esta parcela da população”, argumenta o consultor.

Caso não houvesse a lei, a efetivação dos PCDs apresentaria uma dificuldade maior. Na opinião do advogado, a concorrência entre profissionais com plenas condições físicas e/ou mentais com aqueles portadores de alguma deficiência seria desigual. O problema, conforme Moreira, “é como o aspecto de cotas nas faculdades”, referindo-se à semelhante discussão de reserva de vagas no Ensino Superior. A existência de preconceitos, neste caso, ocorreria por razões de mercado. “Esta discriminação ocorre não pela pessoa, mas pela competição profissional”, relata.

“As empresas querem cumprir esta lei, mas se veem impossibilitadas diante dessas limitações”. E afirma: “Se o poder público, em contrapartida, fizesse sua parte, não teria problema”.

“As empresas querem cumprir esta lei, mas se veem impossibilitadas diante dessas limitações.”

Palestras – Substituição Tributária

O Sescon/RS firmou convênio com o CRCRS para realização, em conjunto, de cursos e palestras sobre SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA no interior do Estado.

O referido convênio visa atender aos profissionais da contabilidade, empresários e colaboradores das empresas de serviços contábeis, representados pelo Sescon/RS.

Em outubro e novembro foram realizados 11 cursos e

palestras nas cidades: Tramandaí, Santo Antônio do Patrulha, Sapiranga, Estância Velha, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Nova Prata, Marau, Passo Fundo, Tapera, Carazinho, Encruzilhada do Sul, Guaíba, Santo Augusto, Três Passos, Santa Rosa, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Lajeado, Santa Cruz do Sul, São Gabriel, Alegrete, Dom Pedrito, Bagé, Rio Grande e Pelotas.

Curso de Contabilidade (Projeto IASB/BNDES/CFC) - Resolução CFC 1255/2009

O Sescon/RS, em parceria com o CRC/RS, apoiou a realização de diversas turmas do Curso de Contabilidade (Projeto IASB/BNDES/CFC) – Resolução CFC 1255/2009.

Até o dia 14 de dezembro, ao todo, serão realizadas 35 turmas em todas as regiões do Estado.

Lei Geral para MPES

No dia 21 de outubro, o Sescon/RS organizou juntamente com a Fenacon, Sescan Serra Gaúcha e Sebrae o 21º Encontro da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPes), em Porto Alegre. O evento, ocorrido no anfiteatro da Sogipa, teve como objetivo discutir a implantação da referida norma (Lei Complementar – LC 123, de 2006) pelos estados e municípios, além de ampliar o conhecimento sobre a modalidade de Microempreendedor Individual.

“A divulgação desta lei foi o foco do evento. Mesmo sendo de 2006, ela é ainda pouco implementada nos municípios”, esclareceu o presidente do Sescon/RS, Jaime Gründler Sobrinho. Um dos grandes intuitos da LC 123 é minimizar o peso da carga tributária e o excesso de burocracia sobre as MPes. Porém, grande parte dos benefícios depende de regulamentação por parte dos governos municipais e estaduais.

Conforme Gründler Sobrinho, entre os representados do Sescon/RS, muitos podem ser enquadrados pela Lei Geral. Ele explicou que o benefício é a redução de tributas, aliviando a oneração sobre a folha de pagamento. “Como somos um



segmento cujas empresas têm um grande número de colaboradores, estes que podem optar, obedecendo a Lei, acabam sendo favorecidas com a redução deste encargo”, afirma.

Em relação ao Empreendedor Individual (EI), esta modalidade foi instituída para facilitar a legalização dos empresários informais. O país pretende regularizar um milhão de EI este ano. “Saindo da clandestinidade, estes empreendedores acabam indo para a formalidade, sendo beneficiados com a Previdência Social”, revelou o presidente. O Brasil ganha um maior número de prestadores de serviços e microempresários na pequena indústria. Em obediência à lei, a formalização do registro do EI é gratuita. “O serviço de regularização vem sendo prestado em todo o Rio Grande do Sul pelas empresas de contabilidade”, afirma.

Comitê Setorial SESCON/RS - PGQP



Eventos realizados pelo Comitê Setorial Sescor/RS - PGQP, na sede do Sindicato:

- Curso – Repcionista, Telefonista e Secretária - O cartão de visita de sua empresa – 21 e 22/09/2010
- Palestra mensal / Qualidade de Vida nas Organizações – 4/10/2010

Interiorização

Cursos & Palestras

São Leopoldo

- 23/09/2010

O contador Ademir Vanzella ministrou no dia 23 de setembro de 2010 o curso Prática e Escrita Fiscal, com carga horária de 8 horas, no escritório regional do Sescor/RS, sediado no Sincontec Sinos em São Leopoldo. Este curso visa oferecer instruções práticas e atualizadas para correta escrituração fiscal.

- 17/11/2010

O curso SPED Contábil foi realizado no Escritório Regional do Sescor/RS, na sede do Sincontec Sinos, com o objetivo de transmitir aos participantes as informações necessárias para adequação a esta nova sistemática no que tange a contabilidade. A turma foi ministrada no dia 17 de novembro de 2010, pelo advogado e administrador de empresas, Sérgio Augusto da Porciúncula.



A Feira do Livro de Porto Alegre

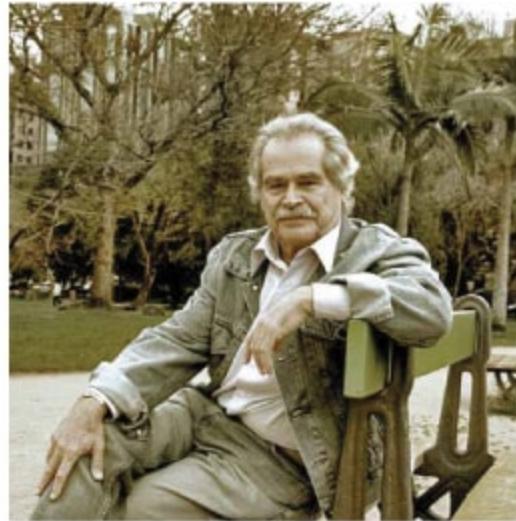
Alcy Cheuiche*

A cada ano, o milagre se repete. Diante de milhares de pessoas, um milhão e oitocentas mil neste ano, a Feira do Livro renasce como a fênix da mitologia. E por que milagre? Porque uma minoria teimosa teima em dizer que ninguém lê. Que o livro já era. Que o suporte eletrônico vai substituir o papel e etcétera e tal. Houve até um americano que escreveu um livro provando que o livro vai acabar. Um livro de papel, naturalmente. E o italiano Umberto Eco (aquele de "O nome da rosa", vocês sabem) aliou-se ao francês Jean-Claude Carrère para escrever uma obra prima, para mim, definitiva: "Não contente com o fim do livro". Pelo menos, não antes do fim do mundo, naturalmente.

Vocês sabem quantos livros foram vendidos na Feira do Livro de Porto Alegre? Mais de quatrocentos mil. É isso aí mesmo, galera incrédula. E vendidos em apenas dezessete dias, de 29 de outubro a 15 de novembro. E o melhor, para baixar a crista dos pessimistas: as vendas foram 16% maiores do que as de 2009. E o sucesso foi ainda maior porque houve um componente adicional a ser superado: os boatos de que a feira deste ano seria prejudicada pelas obras de restauração da praça. O que provocou multidões de leitores fiéis a irem conhecer a "passarela das obras". Um arco íris cultural que ligou a Rua da Praia com a Sete de Setembro, com a vantagem de ter um tesouro de cada lado.

Quando a Feira do Livro nasceu, em outubro de 1955, Juscelino Kubitschek acabara de ser eleito Presidente da República e Leonel Brizola Prefeito de Porto Alegre. A cidade contava com sessenta cinemas de calçada e os livreiros tradicionais começaram a perder clientes. Alguns meses antes, Say Marques, jornalista e vereador, reunira alguns deles num café do Largo dos Medeiros, na Rua da Praia (onde hoje começa a Feira do Livro e a Rede Pampa coloca seu estúdio de rádio). Tomaram alguns chopes e, junto deles, a decisão: se os leitores estão nas ruas e nas praças, é para lá que os livros devem ir. Ergueram quatorze barracas em volta da estátua do General Osório, recravaram cada uma com cuidadosa seleção de livros, e rezaram para o milagre acontecer.

Testemunha desse tempo artesanal, o português Edgar Xavier nos diz que, nas primeiras edições da feira, sabia de cor o



* Escritor, patrono da Feira do Livro de Porto Alegre no ano de 2006.

nome de cada livro e onde encontrá-lo nas prateleiras da sua barraca. Ganhou várias apostas provando isso e hoje, ainda vendendo livros em seu apartamento perto do Parcão, é uma memória inteligente e bem humorada de mais de meio século da Feira. Com ele e com o atual Presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro, João Cameiro, ficamos sabendo o porquê de tanto sucesso. Tudo se resume numa só palavra: democracia.

Vamos ao dicionário: demos, povo, cratus, poder. Democracia é o poder do povo. É o povo que manda na Feira do Livro de Porto Alegre. O povo que inunda as alamedas, que economiza para comprar livros, que forma as filas para os autógrafos, que assiste às palestras, que se inscreve nas oficinas, que vem de perto, de longe e de muito longe para rever a feira dos seus amores. Um povo apaixonado que não paga nada para participar das atividades culturais, todas elas gratuitas. Contação de histórias, teatro de bonecos e de gente grande, música clássica e popular, dança, artes plásticas. Uma feira de verdade. Colorida, musical, com correria de crianças e cheiro de pão quente.

Para isso há um segredo que se perpetua desde a primeira edição. A igualdade de oportunidade para os livreiros e editores em seus locais de trabalho. Diferente das bienais do livro, aqui não se vende espaço para as empresas mais poderosas erguerem estandes luxuosos e gigantescos, engolindo as pequenas e ditando as regras do jogo.

Pensem bem nisso, contadores que me lêem. Democracia pode ser a receita para muitos milagres econômicos e culturais ainda sem explicação.



Ao invés de correr contra o tempo,
aproveite ele!

Deixe que o Certificado Digital **AC** Fenacon/Sescon-RS
simplifique o seu dia a dia.

Com ele você terá a garantia de segurança e agilidade.



Acesse o site do Sescon/RS para obter
seu certificado digital.

www.sescon-rs.com.br



Domínio Honorários

nova versão

Controle financeiro completo e integrado para o seu escritório de contabilidade.

Conheça as principais novidades do sistema:

- Faturamento para clientes eventuais;
- Cobrança registrada;
- Controle orçamentário;
- Fluxo de caixa realizado e projetado;
- Processos de renegociação.



dominio
sistemas

Informações comerciais: 0800 645 4004
www.dominiostsistemas.com.br

A sua melhor escolha